



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR:

Uma realidade precária?

Camila Inacio da Rocha
Diego Lourenço Violante Silva
Gilcilene Silva Gregorio de Moraes
Iracema Silva Duarte

RESUMO: O presente artigo busca contribuir com análise acerca do acesso e permanência dos alunos surdos no ensino superior, em específico da Universidade Federal Fluminense, a figura do Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e inclusão, procurando investigar as questões: acessibilidade, bilinguismo e inclusão.

Palavras Chave: Acesso e permanência; bilinguismo; acessibilidade

INTRODUÇÃO

Libras, a língua brasileira de sinais, foi reconhecida no Brasil como língua oficial em 2002 com a Lei 10.436/02, porém só com o Decreto 5626/05 que prevê em suas determinações a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória, a partir de então a disciplina libras passa a ser obrigatória para o exercício do magistério tanto de nível médio quanto para o de nível superior. O decreto também prevê que a Libras seja ensinada na educação básica e em universidades. Somente em 2006 surgiu o primeiro curso de graduação em Libras, na faculdade de St. Catarina. Com uma legislação tão recente, e uma implementação que caminha a pequenos passos a inserção e inclusão do aluno surdo no ambiente educacional é limitada e restringida por



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

problemas de diversos graus.

Segundo o censo de 2010, existe 9,7 milhões de indivíduos com alguma deficiência auditiva, seja ela de menor ou maior grau, sendo 2,2 milhões com deficiência auditiva severa e destes 344,2 mil são surdos. Percebe-se que na educação básica a uma inserção maior dos surdos, em relação ao ensino superior, é notória a ausência deles no nível superior. Estes números são bem expressivos e, deixa a pergunta: Por que os surdos são minoria no ensino superior? O que leva a evasão deles?

CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

Entre os séculos XVI e XIX, alguns educadores já utilizavam os sinais no processo de escolarização dos alunos surdos, mas foi no século XX que os sinais foram reconhecidos linguisticamente. Um dos fatores para que se encontre a presença de estudantes surdos nas universidades é o reconhecimento legal da língua brasileira de sinais (Libras), principalmente a partir de 2002 e sua regulamentação a partir da publicação do Decreto nº 5.626 em 2005 e com isso, a importância de se desenvolver propostas de educação bilíngue de qualidade para surdos, ou seja, um ensino que englobe tanto o português quanto a Libras.

Segundo Vigotski (1982), o pleno desenvolvimento da linguagem contribui de modo crucial para que não haja atrasos ou entraves na constituição psíquica e social do sujeito. A língua, seja ela oral ou escrita é o instrumento para o pensamento humano. Portanto, a língua de sinais é o condutor linguístico mais apropriado e deve ser a primeira língua dos surdos. Para que uma educação bilíngue para surdos seja contemplada, mais escolas precisam introduzir profissionais como instrutores e intérprete de Libras e se preocupar com uma formação continuada para os professores.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

Uma educação bilíngue para alunos surdos tem que se atentar para a aquisição de uma língua, o mais precocemente possível, que seja compatível com sua condição sensorial. Para Sacks (1998, p. 52) "um ser humano não é desprovido de mente ou mentalmente deficiente sem uma língua, porém está gravemente restrito no alcance de seus pensamentos, confinado, de fato, a um mundo imediato, pequeno". Pensando por esse prisma, as crianças surdas não podem sofrer com atrasos linguísticos e cognitivos, tem que se dar todo o aparato possível para construir letramento, tanto em Libras quanto em Língua Portuguesa, para que sejam capazes de assimilar os conhecimentos ofertados e socializados em sala de aula.

No Brasil o método da oralização corroborou para um grande contingente de alunos surdos em situação de fracasso escolar (CAPOVILLA, 2001). Este acontecimento evidenciou, dentre outras questões, que articular vocábulos não implica necessariamente na significação dos mesmos. Na década de 1970: Chega ao Brasil a Filosofia da Comunicação Total e na década de 1980, através das pesquisas realizadas pela professora de Linguística Lucinda Ferreira Brito sobre LIBRAS, o Bilingüismo começou a ser utilizado no Brasil. (GOLDFELD,2002). Existia nessa época uma tentativa de normalizar e equiparar o surdo ao ouvinte em termos linguísticos, mas por outro lado, não se preocupavam com a aprendizagem dos conteúdos escolares. Para a Comunicação Total as práticas passaram a ser bimodais, o uso da língua oral como principal meio de comunicação, mas também o uso de gestos e sinais, diferentemente da Língua de Sinais. Portanto, não existia uma total utilização de nenhuma das duas línguas. Bakhtin (1992), sinaliza que o aprofundamento da introspecção, da atividade mental, cognitiva, que só é possível com a orientação social. Como poderia então, ser veiculados os significados? Dentro da perspectiva teórica histórico-cultural concebendo a linguagem como constitutiva dos sujeitos. É nas relações concretas de vida social que nos tornamos humanos. Questões fundamentais para este estudo são levantadas por Mikhail Bakhtin e Lev Vigotski, o processo de significação na constituição do humano,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

colocando como eixo as relações sociais. Segundo Bakhtin (1992, p. 129) afirma que “é impossível designar a significação de uma palavra isolada (por exemplo, no processo de ensinar uma língua estrangeira), sem fazer dela o elemento de um tema”. Vigotski (2001), afirma que o ponto de partida para a educação não é o que falta ao sujeito, mas as condições sociais que lhes são oferecidas.

É interessante notar que os surdos foram escolarizados com os tradicionais métodos de alfabetização, que recebem variadas críticas pelos profissionais dessa área de pesquisa. Cagliari (1989), afirmava o grande equívoco da escola querer ensinar os ouvintes a ler e a escrever sem que se levasse em conta os valores distintivos dos sons. “A escola ensina a escrever sem ensinar o que é escrever; joga com a criança sem lhe dizer as regras do jogo! (CAGLIARI, p. 97,1989). As práticas adotadas nas escolas eram predominantemente voltadas para ouvintes, sendo submetidos às atividades educacionais que propiciavam pouco uso e pouco domínio da língua portuguesa, limitados usos da linguagem escrita e focados em regras gramaticais. O entendimento entre professor-aluno era restrito, pois, não havia uma língua compartilhada, fazendo com que muitos alunos surdos abandonassem a escola (LODI e MOURA, 2006).

Lodi et al (2002), afirmam que, para existir um letramento próprio para os alunos surdos, é importante que a língua de sinais seja considerada e desenvolvida como primeira língua e as práticas educacionais para um ensino de segunda língua precisam ser conhecidas, estudadas e aplicadas pelos educadores para o ensino do português escrito. Centrar o ensino apenas no aspecto gramatical não basta para a formação de sujeitos letrados, pois o acesso à escrita só será pleno quando ela for tratada e concebida como prática social de linguagem, cultural, social, histórica e ideologicamente determinada. Para Botelho (2002), o letramento dos alunos surdos se torna mais dificultado, em decorrência de diversos fatores já apontados, quais sejam, dificuldades e restrições para estar inseridos nas práticas sociais de leitura e escrita.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

Skliar (1999), afirma que os estudantes surdos que tiveram sua formação em uma escola bilíngue, tendem a se identificar com a comunidade e a cultura surdas. O bilinguismo não é restringido à dimensão pedagógica, deve ser visto em sua dimensão política, como construção histórica, cultural e social, e no âmbito das relações de poder e conhecimento. Alguns autores como Capovilla (2001), afirma que ainda existem restrições à aprendizagem em razão de dificuldades metodológicas. Ele sinaliza para a necessidade de se realizar uma pesquisa sistemática sobre a eficácia da abordagem bilíngue na alfabetização de surdos.

Nas últimas décadas, em todo o mundo, a questão da inclusão ganha espaço e força, constituindo-se, hoje, em um movimento, tanto social quanto político, que busca garantir às pessoas com deficiência o exercício amplo de seus direitos, tais como: o acesso à educação, a facilitação da mobilidade, o desenvolvimento e o acesso à tecnologia assistida, a inserção no mundo do trabalho e a possibilidade de desfrutar de bens culturais, entre outros. No que diz respeito à educação, o Brasil, como política de Estado, optou pela Educação Inclusiva, estabelecendo-a como modelo a ser implementado, em detrimento da Educação Especial. Esta decisão está posta já na Constituição de 1988, em seu artigo 206, quando determina que o ensino seja ministrado, garantindo-se a igualdade de condições de acesso e de permanência na escola. Mais adiante, no artigo 208, estabelece que a escolarização seja feita, preferencialmente, nas classes regulares, ficando o poder público responsável por garantir o suporte necessário para viabilizar esse atendimento. (BRASIL, 1988) Desde então, a legislação vem sendo construída em sintonia com o movimento mundial de discussão e elaboração de políticas que garantam a prática da Educação Inclusiva e muitas propostas vêm sendo experimentadas em todo o país. Experiências estas que não se pretendem conclusivas: Todas as experiências são legítimas, expressam a história da educação no nosso país, suas contradições e singularidades, evidenciam que não existe um caminho pronto e que basta percorrê-lo, mas que, somente a partir da compreensão



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

das necessidades presentes e da efetivação de políticas que resultem nas mudanças exigidas pela sociedade, poderá se concretizar, em cada município, a inclusão educacional. (MEC, 2006, p. 09) A questão da democratização do acesso de crianças, jovens e adultos, em todos os níveis de ensino, bem como a discussão sobre suas reais condições de permanência está, hoje, na pauta do dia. Assim, a educação superior também tem passado por transformações estruturais importantes, como, por exemplo, a implantação do sistema de cotas para alunos de escolas públicas, negros e/ou com deficiências. Esse novo cenário exige esforços para garantir a permanência, com qualidade, desses segmentos nas universidades brasileiras. Afinal, como afirma Coulon (2008), “acessar o ensino superior não garante o acesso ao saber”. Segundo esse autor, o primeiro desafio que a universidade apresenta aos recém-chegados é o de se tornar um estudante e disso depende a continuidade dos seus estudos e sucesso. O autor descreve três tempos sucessivos para a realização desta tarefa: “o tempo do estranhamento, o tempo da aprendizagem e o tempo da afiliação”. Para o estudante com algum tipo de deficiência, o percurso até a afiliação apresentará dificuldades suplementares, devendo, portanto, contar com o suporte necessário para responder às novas demandas postas pela universidade. No presente, ainda é reduzido, tanto o número de estudantes com deficiência na educação superior, quanto é igualmente escassa a produção de conhecimento sobre o tema. Acreditamos, contudo, que a consolidação da Educação Inclusiva, nos níveis de ensino que antecedem a universidade, resultará, espera-se, no ingresso de um número cada vez maior de alunos com necessidades especiais em cursos de graduação e pós-graduação, o que coloca, para gestores, professores e a comunidade acadêmica, a necessidade imperiosa de tratar de forma adequada o tema, tanto por respeito à legislação, quanto por questões humanitárias e de direito. Neste artigo, pretendemos tratar da inclusão e da acessibilidade destes alunos em cursos de graduação.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

CONTEXTUALIZAÇÃO METODOLÓGICA

Para situarmos a nossa pesquisa, nos detemos em levantamentos bibliográficos que nos ajude a entender o atual cenário educacional a qual os surdos estão inseridos, para falarmos de acessibilidade, bilinguismo e inclusão. Buscamos também em sites, blogs, revistas eletrônicas, elementos que subsidiam e norteiam o nosso artigo. Complementado a nossa discussão fomos em busca de ex-alunos, intérpretes e professores, que informalmente nos trouxe relatos relevantes para a composição do nosso artigo.

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O surdo como qualquer outra pessoa tem sonhos e aspirações, e muitas vezes para os realizar precisa passar pela faculdade, mas muitos mesmo quando conseguem acessar a faculdade não conseguem a concluir pois são desestimulados e segregados até se verem incapacitados de permanecerem ali.

Segundo um estudo realizado por Foster, Long e Snell sobre a vivência de estudantes surdos do ensino superior em contexto de inclusão, demonstra que a comunicação desses em sala de aula e o envolvimento com a aprendizagem são iguais a de seus colegas ouvintes, mas eles se sentem menos integrados que estes últimos à vida universitária. O estudo revela ainda que muitos professores não se preocupam em fazer adaptações que favoreçam os alunos surdos, e atribuem o sucesso ou fracasso desses aos serviços de apoio. (1999 *apud* BISOL et al, 2010).

A Declaração de Salamanca (1994), as universidades devem assumir também o papel de pesquisa de temas relacionados às dificuldades de aprendizagem e seu enfrentamento. Sabendo disso perguntamos: Se a universidade deve assumir esse papel



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 -

de pesquisa, porque os professores da própria universidade ainda hoje promovem o mesmo problema?

CRUZ e DIAS (2009) revela em seu estudo a importância de se investir no processo educacional dos surdos e aponta que no ensino superior os surdos encontram duas modalidades de comunicação, o oralismo e a comunicação total, onde a primeira se baseia na leitura labial para entender o ouvinte e a segunda num conjunto de leitura labial, gestos mímicas ou quaisquer outros meios para que haja um entendimento entre os surdos e os ouvintes

Estas duas modalidades não proporcionam uma comunicação que dê conta da reflexão e do pensamento abstrato e acabam dificultando o avanço do processo humano e educacional do surdo por não serem uma língua, como é a libras. Um participante (S3) assim declara: Penso no futuro, na educação dos surdos, porque sempre convivi com professores oralistas e nunca vi que tivesse um professor surdo, que se preocupasse com o surdo. Eu me preocupo com o desenvolvimento do surdo, quero ajudar o surdo no futuro. Como o processo de escolarização do surdo é entremeado de dificuldades, o surdo que avançou um pouco mais na escolaridade tem consciência que os demais surdos devem ser ajudados para conseguirem ultrapassar os mesmos obstáculos e impedimentos. Ele se sente impelido a ajudá-los porque conhece as dificuldades dos surdos em sala de aula. (Cruz, 2009 p.71)

Assim, mesmo com a legislação amparando a educação do surdo, podemos entender que as ações não são suficientes. Os alunos surdos se encontram com a falta de preparo dos professores, colegas e da própria instituição. Os problemas da acessibilidade ponderado anteriormente tendem a permanecerem na educação superior, criando mais um desafio na já desafiadora universidade.

O processo de inclusão educacional é algo que se dá gradativamente, a medida que se estrutura e especialize o corpo docente e se organize a comunidade escolar. Portanto, o grande desafio da educação hoje é garantir o acesso



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

aos conteúdos e a permanência no ensino superior a todos os indivíduos, inclusive àqueles com necessidades educacionais especiais, de maneira que sejam valorizadas e potencializadas as diferenças, atribuindo o seu “lugar” na sociedade e na comunidade escolar. (GRASSI, 2009)

COSTA, RESENDE e SILVA(2014) reforça a ideia de que ainda há um longo caminho a percorrer na busca de uma educação inclusiva e bilíngue, “A educação bilíngue é tida como a que mais favorece a escolarização e a construção da identidade do aluno surdo por meio do contato com a língua de sinais, sendo uma tendência nacional e internacional”

O grande desafio da escola é realmente dar conta de atender todos seus educandos, respeitando suas especificidades, de maneira que se promova a equiparação de oportunidades e se valorize as diferenças. Sob essa perspectiva, é necessário que se promovam mudanças com o intuito de um replanejamento no ensino, buscando uma nova maneira de pensar e viver a educação, a fim de que realmente a escola esteja preparada para receber os alunos com necessidades especiais, assegurando uma educação de qualidade para todos. Igualmente desafiador é garantir o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais na escola, bem como aos conteúdos básicos que a escolarização deve proporcionar a todos os indivíduos. De igual importância é que se propicie a formação continuada dos professores, a fim de que tenham condições de atender as diferenças, reorganizar seu planejamento de ensino e suas práticas pedagógicas. (GRASSI, 2009)

Dessa forma atentamos a necessidade de uma especialização dos professores e uma maior reflexão de todo um conjunto de professores e alunos ouvintes, para permitir a real integração do aluno surdo dentro de todo um contexto acadêmico, tomando atenção



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

a suas especificidades e sendo empáticos a ponto de aprendermos a nos comunicar e respeitar nossas diferenças, entendendo as múltiplas diversidades dos indivíduos.

CMPDI (Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão)

Destaca-se frente a essa discussão referente a falta de estruturas que favoreçam a permanência de surdos no ensino superior, o Curso de Pós Graduação Lato-sensu, denominado Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão, que é realizado pela Universidade Federal Fluminense, faz parte da área de Ensino da Capes e, é oferecido pelo Instituto de Biologia. Criado desde 2013, surgiu logo após o sucesso do “Programa de Extensão Escola de Inclusão do Instituto de Biologia e da Faculdade de Educação, oriundo das demandas do curso de Ciências Biológicas”. seu objetivo é formar profissionais capacitados para atuação em área interdisciplinar visando a diversidade e inclusão.

Assim, o formado pelo Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão (CMPDI) deverá ser capaz de buscar e se apropriar do saber de forma autônoma, além de transmiti-lo, consciente de sua responsabilidade diante do sentido da formação continuada permanente, auxiliando o público com necessidades especiais. Além disso, espera-se que o mestre que obteve seu título pelo CMPDI, seja capaz de: problematizar a realidade; formular hipóteses acerca dos problemas; planejar e executar projetos individuais e coletivos; analisar dados e estabelecer conclusões.(LIMA;DELOU,2016, p.12)

Na perspectiva da diversidade e inclusão o CMPDI disponibiliza em seu edital dentro do total das vagas ofertadas por área de interesse, 5% das vagas são destinados a mulheres, 5% destinados a negros, 5% destinados a indígenas e, outros 5% destinados a deficientes.

Visando fornecer aos discentes a autonomia no desempenho das suas tarefas educacionais, o curso dispõe de uma estrutura física que contempla o Thermoform, a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

impressora BRAILLE Juliet, BRAILLE fácil dentre outros instrumentos que permite a acessibilidade e mobilidade aos que são deficientes, sem contar também os recursos humanos, como o intérprete de LIBRAS e, no corpo docente podemos destacar pelo menos uma professora surda, que ajuda a compor toda estrutura que permeia o acesso e permanência dos discentes deficientes na pós graduação.

Ao acessar o site do CMPDI, dispomos de uma série de informações que são agregadas a nossa discussão a respeito do acesso de surdos no ensino superior.

A partir de análise de algumas informações descritas no site observamos que, o quantitativo de alunos surdos inscritos no CMPDI entre 2013 e 2016 totalizaram 18, distribuído da seguinte forma: no ano de 2013, ano de início do curso, o número de vagas totais somaram 22, sendo aproximadamente 10% de surdos matriculados, dentre esses surdos apenas 1 defendeu a sua dissertação de mestrado. Em 2014 foram ofertadas 41 vagas, dentre elas haviam aproximadamente 7% de surdos inscritos, se percebe um ligeiro declínio do número de surdos inscritos em relação ao ano anterior. No ano de 2014 apenas 2 dos 3 alunos surdos defenderam a dissertação de mestrado.

No ano subsequente, 2015 o curso se dividiu em 2 períodos, ocorreu aqui uma mudança, que favoreceu o aumento de ingressantes surdos no curso. Em 2015-1 o total de vagas somaram 38, mas não houve surdos inscritos, já 2015-2 o total de vagas somaram 15 (LIMA; DELOU, 2016) graças a Ação Afirmativa destinada somente para os surdos, que pela primeira vez puderam realizar a prova em português e também em Libras (Língua Brasileira de Sinais), que é a segunda língua oficial aqui no Brasil a qual os surdos utilizam no seu meio cultural e com pessoas ouvintes. Do total de 15 vagas apenas 13 foram preenchidas, mas só com alunos surdos.

Em 2016 o número de vagas quadruplicou em relação ao ano de início do curso, saltaram de 22 vagas para 88, e o número de surdos totalizaram 6. Aqui também se percebe um declínio, só que muito acentuado em relação ao anterior. O número de surdos matriculados, em comparação ao ano de 2015, teve uma queda, de

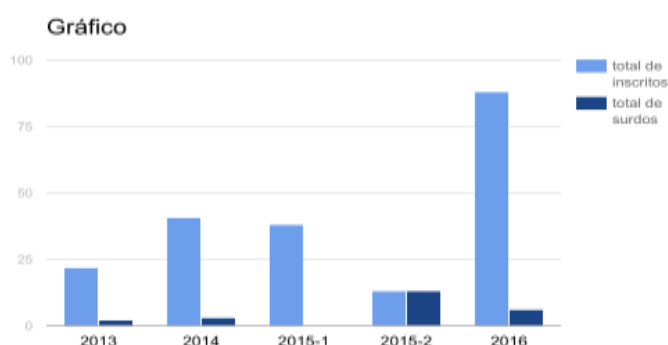


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 –

aproximadamente 54% no número de surdos matriculados, mesmo o edital de 2016 tendo seguido os moldes do edital de 2015-2, que trouxe as Ações Afirmativas que favorece o ingresso de surdos no CMPDI. Podemos verificar esses números no gráfico a seguir.



Mediante a estrutura utilizada pelo CPMDI para acesso e permanência dos surdos, no curso de mestrado ainda se faz necessário para os surdos, a apropriação de conceitos da língua portuguesa ainda desconhecidos por eles.

Inseridas no ambiente universitário, mais especificamente nas atividades do Mestrado Profissional de Diversidade e Inclusão, observamos a crescente necessidade no desenvolvimento de sinais que possam suprir as expectativas dos surdos. Dentro da disciplina de LIBRAS, após a parte teórica, passamos para o complexo entendimento sobre as síndromes que poderiam ser causadoras de surdez. Como o surdo não reconhece determinadas palavras e seus significados dentro da Língua Portuguesa, muitas vezes faz-se necessário a explanação destas pelos intérpretes. Ocorre que o intérprete não possuindo a função de ser pleno conhecedor da disciplina discutida em questão, não soube explicar o significado da palavra síndrome. (SILVEIRA; BARBOZA; CAMPELLO; CASTRO, 2016, p.103)

Segundo CAMPELLO na Pedagogia visual, a semiótica imagética, revela os estudos que leva os aportes a respeito da cultura surda. O campo visual dos surdos, os



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
 - 06 de julho 2017 -

recursos visuais e a imagem visual que leva a formação de um novo campo visual que permite não só a comunicação por línguas de sinais, mas formam um conjunto de elementos que fornece aos surdos condição de interação e apropriação do aprendizado, da escolarização, de maneira completa e autônoma.

Podemos dizer assim, que para inclusão dos surdos no ensino superior não basta as Ações Afirmativas, intérpretes e professores, mas que haja a modelação de situações que abarque as necessidades dos surdos ao longo do curso.

No ensino superior e nos segmentos seguintes, os conceitos surgem e com eles a necessidade de sinais específicos, assim surdos linguistas juntos a professores bilíngues necessitam criar ou convencionar sinais para o entendimento de um determinado conteúdo (...) O desenvolvimento de sinais aceitos pelo meio acadêmico, possibilita a aquisição dos conteúdos pelo corpo discente surdo e auxiliam na tradução/interpretação, na íntegra, dos termos utilizados. (SILVEIRA;BARBOZA;CAMPELLO;CASTRO,2016, p.104)

O destaque na contemplação de surdos no CMPDI está voltado para Ação Afirmativa direcionada aos surdos que entrou em vigência a partir de 2015-2, se tornou um condicionante para se pensar em inclusão de surdos no ensino superior. Segundo (LIMA;DELOU, 20016) pode se perceber um empoderamento da população surda com os destaques .

O empodeiramento dos alunos surdos, tradutores e intérpretes de LIBRAS mostra como o corpo discente do CMPDI, vinculado à Cultura Surda, já alcançou resultados positivos em concursos públicos. A professora surda Luciane Rangel Rodrigues, foi 1º lugar no concurso de seleção para o CMPDI, em 2013, o 1º lugar no concurso de seleção para professora auxiliar de LIBRAS na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a primeira Mestre em Diversidade e Inclusão, surda, titulada pelo CMPDI da UFF, defendendo sua dissertação em 2015 (REAÇÃO, 2015) Apud (LIMA;DELOU, 2016,p15).



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 –

Mediante a emblemática situação dos surdos no ensino superior, podemos dizer que mesmo mediante as Leis que amparam os deficientes físicos, a inclusão na escola básica e nos anos subsequentes, ensino médio e superior, há uma dicotomia entre o que preconiza as Leis e o que acontece na prática. O Curso de Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão é um divisor de águas no que tange ao acesso e a permanência não só de surdos no ensino superior, mas de deficientes de modo geral, visando a formação de mestres em diversidade e inclusão para atuar em situações que favoreçam de fato a diversidade e inclusão de pessoas com deficiência. Lembrando que o objetivo do CMPDI está para além da formação de mestres, mas visam em breve também a formação de doutores nessa área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entretanto, o despontar do reconhecimento da população surda no que tange à escolarização, se deu mais precisamente em 1857, quando no governo de Dom Pedro II foi criada a primeira escola para surdos na antiga capital do país, Rio de Janeiro, já se passaram exatos 160, de muitas lutas e também progressos, mesmo assim pode -se dizer que os desafios de acessibilidade para os surdos ainda persiste, mesmo mediante a Lei nº 10.436 que passou a vigorar em 2002, os surdos ainda enfrentam grandes dificuldades de acesso e permanência no ensino superior.

Segundo o Censo de 2010 realizado pelo IBGE, 9,7 milhões de pessoas têm deficiência auditiva. Desses, 2.147.366 milhões apresentam deficiência auditiva severa, situação em que há uma perda entre 70 e 90 decibéis (dB). Cerca de um milhão são jovens até 19 anos.(PORTAL BRASIL)



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO**

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
- 06 de julho 2017 –

Segundo dados do site PORTAL BRASIL o número de pessoas deficientes que ingressaram no ensino superior entre 2000 e 2010 saltaram de 2.173 para 20.287, sendo 6.884 alunos matriculados no ensino superior público e, 13. 403 alunos matriculados na rede particular. Mediante a isso percebemos que o número de surdos no ensino superior pode ser considerado um número muito inferior em relação a quantidade que se tem de surdo e o total de deficientes matriculados no ensino superior.

Apesar do governo prevê mais investimentos em tecnologias que permeiam o acesso e permanência de pessoas deficientes no ensino superior. Segundo dados, para 2013 eram previsto investimentos de 11 milhões de reais nas universidades federais para adequação física e pedagógica visando facilitar a estadia de estudantes deficientes no seu interior, através do Programa Incluir.

O programa tem o objetivo de promover ações para eliminar barreiras físicas, pedagógicas e de comunicação, a fim de assegurar o acesso e a permanência de pessoas com deficiência nas instituições públicas de ensino superior. Desde 2012, os recursos são repassados diretamente às universidades, por meio dos núcleos de acessibilidade. O valor destinado a cada uma é proporcional ao número de alunos.(PORTAL BRASIL, 2016)

Para os surdos (PORTAL BRASIL, 2012) a proposta foi de abrir entre 2013 e 2014, mais 27 cursos de Letras com habilitação em Libras, nas universidades federais, e uma em cada unidade da federação, além da previsão do INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) para o próximo ano de abrir mais 12 cursos bilíngues.

Analisar esses dados e a efetivação do que foi programado referente a melhoria do acesso dos surdos sejam eles oralizados, sinalizados, bilíngue ou bimodais, no contexto brasileiro de ensino superior, ficará para um próximo momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1

- 06 de julho 2017 -

BISOL, Cláudia Alquati et al . Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. Cad. Pesqui., São Paulo , v. 40, n. 139, p. 147-172, Apr. 2010 . Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742010000100008&lng=en&nrm=iso. access on 01 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742010000100008>.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 79, p. 23, 25 abril 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2002/L10436.htm>.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, n. 246, p. 28-30, 22 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm

BRASIL, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

COSTA, Matheus Rocha da; RESENDE, Mariani de Ávila; SILVA, Keli Maria de Souza Costa. A inclusão do aluno surdo na universidade federal de uberlandia: uma experiência a ser compartilhada. In: Seminário Nacional de Educação Especial, 6., 2014, Minas gerais

CRUZ, José Ildon Gonçalves da; DIAS, Tárzia Regina da Silveira. Trajetória escolar do surdo no ensino superior: condições e possibilidades. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 15, n. 1, p. 65-80, Apr. 2009. Available from



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
 - 06 de julho 2017 -

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000100006&lng=en&nrm=iso>. access
 on 08 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382009000100006>.

GRASSI, Dayse. A inclusão de surdos na universidade- Um estudo de casos. Cuiabá – MT, 2009, 45p.Disponível em: http://bento.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201007111045971dayse_grassi.pdf. Acesso em: 08/jun./2017

LAMONICA, Dionísia Aparecida Cusin et al . Acessibilidade em ambiente universitário: identificação de barreiras arquitetônicas no campus da USP de Bauru. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 14, n. 2, p. 177-188, ago. 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382008000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos
 em 01 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382008000200003>.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cad. CEDES, Campinas , v. 26, n. 69, p. 163-184, Aug. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000200004&lng=en&nrm=iso>. access
 on 01 June 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622006000200004>.

MALLMANN, Fagner Michel et al . A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. Rev. bras. educ. espec., Marília , v. 20, n. 1, p. 131-146, mar. 2014 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

ANAIS de Evento I Jornada Científica e Tecnológica de Língua Brasileira de Sinais: Produzindo conhecimento e integrando saberes. ISBN 978-85-923216-1-1
 - 06 de julho 2017 -

65382014000100010&lng=pt&nrm=iso>. acessos
 em 01 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000100010>.

PIVETTA, Elisa Maria; SAITO, Daniela Satomi; ULBRICHT, Vânia Ribas. Surdos e acessibilidade: análise de um ambiente virtual de ensino e aprendizagem. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 20, n. 1, p. 147-162, mar. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100011&lng=pt&nrm=iso>. acessos
 em 01 jun. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000100011>.

Pontos de vista em diversidade e inclusão / Lima Neuza Rejane Wille, Cristina Maria Carvalho Delou (organizadoras) Castro, Helena Carla ...[et al.]. – Niterói – Rio de Janeiro - Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIIn), 2016.

Pontos de vista em diversidade e inclusão – volume 2 / Lima Neuza Rejane Wille, Cristina Maria Carvalho Delou (organizadoras) – Niterói – Rio de Janeiro - Associação Brasileira de Diversidade e Inclusão (ABDIIn), 2016.

Estudos Surdos II / Ronice Müller de Quadros e Gladis Perlin (organizadoras). – Petrópolis, RJ : Arara Azul, 2007. <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/09/apesar-de-avancos-surdos-ainda-enfrentam-barreiras-de-acessibilidade>
 <acesso em 05 jun. 2017>